Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes.

A Companhia possui atualmente 22 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste do Brasil, e dois escritórios comerciais situados na Bahia e em Goiás. Ressaltando ainda que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 03 de março de 2016, para divulgação em 10 de março de 2016.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia decidiu apresentar os montantes das transações de "forfait" em rubrica específica do passivo circulante. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) impostos e contingências; e (iii) valor justo de instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

a) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- a) Ativos financeiros--Continuação
 - ii) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- a) Ativos financeiros--Continuação
 - iii) Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

iv) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

vi) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- a) Ativos financeiros--Continuação
 - vi) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge--Continuação

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

d) Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

e) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP - Financiamentos de importação - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.	os impactos do IFRS 9 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo da publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	os impactos do IAS 16 E 38 e prevê que sua
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e associado ou <i>joint</i> venture (negócio em conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016. A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidos em demonstrações financeiras condensadas.	A Administração avaliou os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015 - Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das divulgações de <i>offset</i> às demonstrações financeiras condensadas	No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	os impactos do IFRS 7 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações
IFRS 5 - Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas	Esclarece-se, através da emissão de <i>guidance</i> , as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	
IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de informações "em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias"	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração avaliou os impactos do IAS 34 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras
IFRS 16 - Leasing	Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. Vigência a partir de 01/01/2019	A Administração avaliou os impactos do IFRS 16 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Vigência a partir de 01/01/2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

		Taxa média	2015	2014
Disponibilidades			35.155	45.662
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	(i)	99,8 % do CDI	3.935	143.100
Debêntures - operações compromissadas	(ii)	99,4 % do CDI	30.460	125.146
		_	69.550	313.908

⁽i) Representadas por quotas de fundo DI (Depósito Interbancário). Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata

4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de impairment é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	2015	2014
Contas a receber no país	592.842	791.502
Contas a receber no exterior	1.176	8.666
Ajuste a valor presente	(8.641)	(11.347)
	585.377	788.821
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.264)	(25.260)
	546.113	763.561
Circulante	(545.757)	(762.570)
Não circulante	356	991

⁽ii) Referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,80% (1,00% em de dezembro 2014) ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica receita financeira.

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Em 31 de dezembro de 2015, as contas a receber de clientes no valor de R\$76.189 (R\$74.824 em 2014) encontram-se vencidas. A Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para as quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2015	2014
Até três meses	11.599	21.022
De três a seis meses	13.481	8.397
Mais de seis meses	51.109	45.405
	76.189	74.824

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$39.264 (R\$25.260 em 31 de dezembro de 2014), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	2015	2014
Até seis meses	1.957	1.222
Mais de seis meses	37.307	24.038
	39.264	25.260

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	25.260	24.110
Constituição da provisão (i)	18.587	2.314
Contas a receber de clientes baixadas durante o		
período como incobráveis	(4.583)	(1.164)
Saldo final	39.264	25.260

⁽i) Registradas na rubrica despesas com vendas, no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	2015	2014
Matérias-primas e embalagens	824.978	648.584
Importações em andamento	160.564	183.976
Adiantamentos a fornecedores	5.704	14.315
Almoxarifado	18.611	15.942
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(1.554)	(2.046)
	1.008.303	860.771

⁽i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2015, alguns itens de estoques, 10% da rubrica, estavam dados em garantia de operações com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2014, não existem itens de estoques dados em garantia.

0045

0044

6. Tributos a recuperar

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i) 279.252 231.763 Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii) 86.321 77.219 Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS (ii) (8) (8) Programa de Integração Social - PIS (i) 60.375 49.386 IRRF sobre instrumentos financeiros 670 40.145 Outros 165 - Circulante (99.775) (146.136)		2015	2014
Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS (ii) (8) (8) Programa de Integração Social - PIS (i) 60.375 49.386 IRRF sobre instrumentos financeiros 670 40.145 Outros 165 - 426.775 398.505 Circulante (99.775) (146.136)	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	279.252	231.763
Programa de Integração Social - PIS (i) 60.375 49.386 IRRF sobre instrumentos financeiros 670 40.145 Outros 165 - 426.775 398.505 Circulante (99.775) (146.136)	Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	86.321	77.219
IRRF sobre instrumentos financeiros Outros 670 40.145 - 426.775 398.505 Circulante (99.775) (146.136)	Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS (ii)	(8)	(8)
Outros 165 - 426.775 398.505 Circulante (99.775) (146.136)	Programa de Integração Social - PIS (i)	60.375	49.386
426.775 398.505 Circulante (99.775) (146.136)	IRRF sobre instrumentos financeiros	670	40.145
Circulante (99.775) (146.136)	Outros	165	-
		426.775	398.505
	Circulante	(99.775)	(146.136)
Não circulante (iii) 327.000 252.369	Não circulante (iii)	327.000	252.369

⁽i) Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total original de R\$284.691, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e dezembro de 2015, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

6. Tributos a recuperar--Continuação

- (ii) Serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$2.996 e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto às autoridades estaduais de São Paulo no montante de R\$8.554, Minas Gerais no montante de R\$ 22.083.
- (iii) Refere-se basicamente aos créditos de PIS e da COFINS, cuja realização deverá ocorrer durante os anos de 2017 a 2019.

7. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das companhias incluídas nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2015	2014
Imposto de renda a recuperar	183.374	99.829
Contribuição social a recuperar	19.532	16.594
,	202.906	116.423
Circulante	(37.259)	(27.044)
Não circulante	165.647	89.379

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic de R\$123.342, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e dezembro de 2015, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	2015	2014
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (i) Diferenças temporárias:	199.823	39.186
Provisão para comissões sobre vendas	3.911	4.478
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada	91	174
Provisão para contingências	5.480	3.662
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.559	2.736
Ajuste a valor presente	4.042	4.660
Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado	528	696
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	222	208
Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos	4.897	144
Outras diferenças temporárias	1.542	1.822
	226.095	57.766
Passivo:	(0.474)	(40.057)
Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos	(9.474)	(12.357)
Ajuste a valor presente	(3.999)	(5.044)
Imobilizado - custo atribuído (ii)	(26.949)	(27.613)
Imobilizado - revisão da vida útil (iii)	-	(5.869)
Outras	(3.485)	(3.710)
	(43.907)	(54.593)
Líquido	182.188	3.173

⁽i) Em 2014, o montante de R\$51.634 foi utilizado para a liquidação do parcelamento Lei 11.941/09.

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos seguintes exercícios sociais:

Ano	
2016	13.767
2017	19.738
2018	33.855
2019	36.265
2020	39.925
2021	41.594
2022	40.951
	226.095

⁽ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.

⁽iii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerada após revisão da vida útil-econômica dos bens.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) <u>Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos</u>-Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
	(514.982	,	9.781
Alíquota nominal dos tributos	34%		34%
mposto de renda e contribuição social à alíquota nominal Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:	175.094	1	(3.326)
	2.928	3	2.752
	993	3	(1.244)
-	179.015	5	(1.818)
exercícios:		_	_
	179 015		(1.818)
Dilciido			(1.818)
-	173.013	<u>, </u>	(1.010)
Alíquota efetiva dos tributos	35%	, D	19%
Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos			
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	104.406	(47.433)	56.973
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo			
	-		728
		(7.888)	(5.547)
Efeito tributário sobre realização do Refis	(48.981)	-	(48.981)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	57.766	(54.593)	3.173
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo	_	664	664
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	160.638	-	160.638
contribuição social gerado no período	7.691	10.022	17.713
Saldo em 31 de dezembro de 2015	226.095	(43.907)	182.188
	Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos: Benefícios fiscais e subvenções Outras mposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios: Corrente Diferido Alíquota efetiva dos tributos Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos Saldo em 31 de dezembro de 2013 Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributários sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de	Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos: Benefícios fiscais e subvenções Outras mposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios: Corrente Diferido Alíquota efetiva dos tributos Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos Efeito tributário sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuíção social gerado no período 2.926 993 179.015 179	Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos: Benefícios fiscais e subvenções Outras Possivo Encido em 31 de dezembro de 2014 Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre a realização do susto atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuíção social gerado no período 2.928 993 179.015 Ativo Passivo 104.406 (47.433) 728 2.341 (7.888) 4.8981) - 664 57.766 (54.593)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos representados por contratos "NDFs" são resumidos a seguir:

	Valor de i	referência					Ganhos	(perdas)
	(nacional)		Valor justo liquido		Curva do instrumento		incorridos no período	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Posição líquida	1.417.731	1.067.025	13.463	35.922	14.174	38.020	410.646	47.249

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do período, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Nota 22).

a) Descrição dos contratos

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha contrato derivativos de "NDFs" no valor nominal total de R\$ 1.417.731 com a taxa de cambio a termo de R\$ 3,98 para USD1,00, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial (em 31 de dezembro de 2014 detinha contratos de "swap" no valor nominal de R\$ 717.894 e R\$349.131 de notional em opções de moeda estrangeira).

b) Vencimento dos contratos de "NDFs"

Em 31 de dezembro de 2015, os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Dólares americanos (US\$)
Em 1 mês	92.130
De 1 a 2 meses	111.884
De 3 a 4 meses	149.310
De 5 a 6 meses	9.750
	363.074

Os contratos de *NDFs* são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano e euro verificadas nos contratos de futuros registrados na BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada por Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; a OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, a PCS Sales (Canada) INC. (PCS) detém 9,5% das ações, e os 29,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	2015	2014
Ativo		
Contas a receber (i)		
Dalton Dias Heringer	38	173
	38	173
Estoques		
PCS	-	-
OCP	192.665	-
JFC V-Jorf Fert.Company	54.220	-
Canpotex Limited	336.934	-
	583.820	-
Outras contas a receber		
Dalton Dias Heringer (ii)	-	275
PCS (iii)	6.480	-
OCP (iii)	22.626	-
JFC V-Jorf Fert.Company	2.156	-
Canpotex Limited	134.495	-
	165.758	275
	749.616	448

⁽i) Decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios.

⁽iii) Decorrem de bonificações por performance, de acordo com contrato de fornecimento entre as partes.

2015	2014
73.153	-
126.510	-
24.261	-
281.247	-
-	3
505.171	3
	73.153 126.510 24.261 281.247

⁽i) Decorrem de compras de insumos, celebradas no curso normal dos seus negócios.

⁽ii) Venda de imobilizado em 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas -- Continuação

a) Transações e saldos--Continuação

Resultado	2015	2014
Receita de vendas		
Dalton Dias Heringer (i)	851	1.342
Paulo de Araujo Rodrigues	1	2.522
	852	3.864
Custo dos produtos vendidos		
Dalton Dias Heringer	(2.469)	(2.471)
PCS (ii)	(225.730)	
OCP (ii)	(361.209)	-
JFC V-Jorf Fert.Company	(101.335)	-
Canpotex Limited	(632.316)	-
Paulo de Araujo Rodrigues	` (1)	(2.130)
,	(1.323.060)	(4.601)
Outras receitas operacionais	,	, ,
PCS (iii)	13.965	-
OCP (iii)	6.616	-
JFC V-Jorf Fert.Company	2.130	_
Canpotex Limited	52.729	_
Dalton Dias Heringer	20	19
Ÿ	75.459	19
Compras		
PCS	225.730	-
OCP	555.598	_
JFC V-Jorf Fert.Company	156.358	-
Canpotex Limited	971.635	_
Claudia Povoa Miranda Brissolla EPP	544	375
Dalton Dias Heringer	301	1.520
· ·	1.910.166	1.895

⁽i) São decorrentes da venda de subprodutos originados no processo produtivo.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia assinou junto aos atuais acionistas OCP e PCS contratos para compra de fertilizantes fosfatados e fertilizantes potássicos, respectivamente, cuja vigência é de 10 anos (renováveis por mais 5 anos). O contrato com a OCP prevê o volume mínimo de trezentas e vinte mil toneladas por ano.

⁽ii) Matéria-prima consumida no período.

⁽iii) Bonificações por performance.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração de partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o total de remuneração das partes relacionadas foi como segue:

	2015	2014
Salários e encargos	4.411	4.112
Honorários dos administradores	2.465	1.943
Participação nos lucros	214	230
Pagamentos de rescisão	-	139
Plano de previdência privada	344	333
Outros	121	119
	7.555	6.876

10. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depreciação - % ao ano		
	Nominal Média ponde		
Edifícios e construções	De 1,5 a 25	2,8	
Máquinas, equipamentos e instalações			
industriais	De 4 a 50	14	
Outros	De 10 a 25	21	

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$232.705 em 31 de dezembro de 2015 (R\$166.966 em 31 de dezembro de 2014), estão dados em garantia de operações com fornecedores e de financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

		Edifícios e	Máquinas e equipamentos e instalações		Imobilizações	Adiantamento	
	Terrenos	construções	industriais	Outros	em andamento		Total
Em 31 de dezembro de 2013	64.962	218.818	157.704	13.034	22.959	-	477.477
Aquisições	-	1.858	2.813	2.717	61.875	46.034	115.297
Baixas	-	(539)	(3.656)	(610)	(23)	-	(4.828)
Depreciação e amortização	-	(8.550)	(34.630)	(3.709)	-	-	(46.889)
Transferências	-	8.800	25.570	133	(5.056)	(29.447)	-
Em 31 de dezembro de 2014	64.962	220.387	147.801	11.565	79.755	16.587	541.057
Aquisições		150	1.652	5.843	72.742	19.180	99.567
Baixas (i)		(6.395)	(4.748)	(1.006)	(64)	(4.975)	(17.188)
Depreciação e amortização Transferências	1 270	(7.973)	(38.551)	(3.780)	(06 F20)	(20.244)	(50.304)
Em 31 de dezembro de 2015	1.378 66.340	72.735 278.904	41.386 147.540	1.241 13.863	(86.529) 65.904	(30.211) 581	573.132
Em 31 de dezembro de 2015	00.340	276.904	147.540	13.003	65.904	20.1	5/3.132
Saldo em 31 de dezembro de 2014							
Custo	64.962	261.734	301.788	27.427	79.755	16.587	752.253
Depreciação e amortização	-	(41.347)	(153.987)	(15.862)	-	-	(211.196)
Valor residual líquido	64.962	220.387	147.801	11.565	79.755	16.587	541.057
Saldo em 31 de dezembro de 2015							
Custo	66.340	328.224	321.474	31.883	65.904	581	814.406
Depreciação e amortização	-	(49.320)	(173.934)	(18.020)	-	-	(241.274)
Valor residual líquido	66.340	220.387	147.540	13.863	65.904	581	573.132
		•		•	•	•	
(i) Baixas	-	(6.395)	(4.748)	(1.006)	(64)	(4.975)	(17.188)
- Custo	-	(6.395)	(23.352)	(2.629)	(64)	(4.975)	(37.415)
 Depreciação e amortização 	-	-	18.604	1.623	-	-	(20.227)

Em 31 de dezembro de 2015, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente à: (i) construção da unidade de Candeias - BA; (ii) construção da unidade de Rio Grande - RS, (iii) ampliação do armazém na unidade de Rosário do Catete - SE; e (iv) adequação nas unidades de Paranaguá - PR. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$4.850 (R\$28.100 em 31 de dezembro de 2014). Tais compromissos serão pagos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

11. Fornecedores--Continuação

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	2015	2014
Contas a pagar no país	90.822	79.029
Contas a pagar no exterior	758.532	909.853
	849.354	988.882

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

O ajuste a valor presente no valor de R\$11.762 (R\$14.727 em 31 de dezembro de 2014) foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados com cada fornecedor, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

12. Operações de "Forfait"

A Sociedade possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "forfait". Nessas transações os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras intermediando aquisição de matérias-primas com determinados fornecedores alonga substancialmente o prazo de pagamento das referidas compras contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da companhia. Considerando as características de tais transações e cientes do Ofício Circular CVM nº 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a Companhia decidiu apresentar os montantes dessas transações em rubrica específica. Os valores referentes a 2014 no montante total de R\$295.411 foram reclassificados para uma melhor apresentação comparativa nas demonstrações financeiras. Os encargos financeiros dessas transações já vinham sendo adequadamente reconhecidos como despesas financeiras. Os prazos e condições estão apresentados abaixo.

	Taxa de juros	Prazo	2015	2014
Forfait US\$ 74.168 mil (US\$ 111.216 mil				
em 31 de dezembro de 2014)	VC + 4,35% a.a.	287 dias	289.612	295.411

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	2015	2014
Moeda estrangeira				
Financiamentos de importação (i) Fixo US\$ 343.215 (US\$ 393.930 em 31 de dezembro de 2014)	VC + 3,36 % a.a.	VC + 4,29 % a.a.	1.340.188	1.043.700
Capital de Giro Fixo US\$ 11.883 (US\$ 0 em 31 de dezembro de 2014)	VC + 2,19% a.a.	VC + 6,08%	46.401	-
Fixo EUR\$ 0 (EUR\$ 7.828 em 31 de dezembro de 2014)			-	25.262
Moeda nacional				
Capital de giro (ii)	134,94do DI a.a.	134,94% a,a do DI a,a,	116.867	33.142
Finame Operações de "vendor"	5,40 % a.a.	5,40 % a.a.	7.946	3.249
Operações de Crédito Rural (iii) Outras obrigações	8,06% a.a. VC+Libor+3,0% a.a.	8,06% a.a. VC+Libor+3,0% a.a.	21.402 12.774	36.651 14.310
BNDES Debêntures (iv)	98,87% do DI a.a. DI +3,25% a.a.	98,87% do DI a.a. DI + 3,95% a.a.	25.360 88.828	175.187
Circulante Não circulante		- -	1.659.165 (1.594.540) 64.625	1.331.501 (1.234.302) 97.199

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matérias-primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias-primas no exterior ou da data do desembolso da operação. Em 31 de dezembro de 2015, 16,2% (12,20% em 31 de dezembro de 2014) do montante financiado está garantido por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

ii) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras, sendo que, em 31 de dezembro de 2015, 78% do saldo tem vencimento em 2016 e 22% vencimento até 2019. Em 31 de dezembro de 2015, 22,2% (0% em 31 de dezembro de 2014) do montante de capital de giro estão garantidos por recebíveis da Companhia através de operação de FIDC, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

iii) Operações de crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. Do total de R\$21.402 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2015, 100% estavam cobertos por seguro de crédito, que cobre eventuais perdas.

iv) Debêntures

					31 de dezembro de 2015		
			Valor			Não	
Série	Quantidade	Emissão	nominal	Indexador	Circulante	circulante	Total
				DI + 3,25%			
FHER12	26.000	6/5/2013	10.000	a.a.	88.228	-	88.228
					88.228		88.228
					31 de	dezembro de	2014
			Valor			Não	
Série	Quantidade	Emissão	nominal	Indexador	Circulante	circulante	Total
				DI + 3,25%			
FHER12	26.000	6/5/2013	10.000	a.a.	89.033	86.153	175.187
					89.033	86.153	175.187

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

iv) <u>Debêntures</u>--Continuação

Em 10 de maio de 2013, foram emitidas 26.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$10.000 cada, conforme aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2013 e em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 29 de abril e 7 de maio de 2013, integrantes da 2ª emissão de debêntures da Companhia, com esforços restritos de distribuição.

O montante total da 2ª emissão foi de R\$260.000. Essas debêntures são remuneradas de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 3,25% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. Os juros têm vencimento semestral a partir de novembro de 2013. O principal possui vencimento em três parcelas anuais, de igual valor, duas parcelas já foram pagas em 10 de novembro de 2014 e 2015 e a última vence em 10 de novembro de 2016.

Os custos de captação totalizaram R\$4.604 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado. Em 31 de dezembro de 2015, os custos de captação a amortizar eram de R\$515, e serão amortizados ao resultado em função da fluência do prazo das debêntures, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros mensurados com base anual. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não atendeu ao limite do índice financeiro requerido, nenhum registro contábil adicional ou reclassificação foi necessário.

A garantia é a alienação fiduciária de imóveis correspondentes a 50% do valor total da emissão.

v) <u>Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos</u>

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2015	2014
2015	-	1.234.302
2016	1.594.540	89.369
2017	37.904	7.830
2018 em diante	26.721	-
	1.659.165	1.331.501

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

vi) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2015, o valor justo das debêntures era de R\$88.724. O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, se aproxima do seu valor contábil.

14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a provisão para contingências era composta como segue:

	2015	2014
Contingências de naturezas: Tributárias e administrativas	3.771	3.648
(-) Depósitos judiciais	3.771	(197) 3.451
Trabalhistas e previdenciárias	11.955	6.652
(-) Depósitos judiciais	(3.015)	(2.761)
	8.940	3.891
Cíveis e ambientais	393	470
(-) Depósitos judiciais	(171)	-
	222	470
Total	-	
Provisão para contingências	16.119	10.770
(-) Depósitos judiciais	(3.185)	(2.958)
	12.934	7.812

i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	2015	2014
Saldo inicial Adição líguida	10.770 2.104	5.008 5.273
Atualização monetária	3.245	489
Saldo final	16.119	10.770

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

14. Contingências--Continuação

ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	2015	2014
Tributários e administrativos	11.395	16.625
Cíveis e ambientais	5.540	4.554
Previdenciários	6.634	3.577
Trabalhistas	4.737	3.345
	28.306	28.101

iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	2015	2014
Tributárias e administrativas	224.215	252.841
Trabalhistas e previdenciárias	29.005	26.451
Cíveis e ambientais	99.492	86.502
	352.713	365.794

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

As ações tributárias e administrativas referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS e ICMS, principalmente, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

14. Contingências--Continuação

iv) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do pólo ativo, decisão essa que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado. A partir da transferência do crédito e da substituição de pólo ativo, a Companhia iniciou a compensação do crédito tributário com tributos federais devidos no montante de R\$64.554, fazendo-a no período de janeiro a dezembro de 2003.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$164.185 de créditos tributários adquiridos reconhecidos no ativo não circulante, uma vez que a Administração da Companhia, amparada na posição de seus consultores legais, tem a expectativa de receber o montante total dos créditos no prazo máximo de 10 anos, incluindo a sua atualização monetária - IPCA-E e juros correspondentes.

v) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, e que atualmente encontra-se na fase instrutória, aguardando a resposta dos peritos judiciais aos questionamentos das partes sobre os laudos periciais.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda no que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado das ações classificadas com chances possíveis de perda era de R\$ 14.983 (R\$ 13.002 em 31 de dezembro de 2014).

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social -- Continuação

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$800.000.

Em 30 de dezembro de 2015, o capital social subscrito de R\$585.518 está representado por 53.857.284 acões.

	31/12/2015	31/12/2014
Capital social	594.165	448.746
Custos com emissão de ações	(8.647)	-
	585.518	448.746

Em 12 de janeiro de 2015, a OCP International Coöperatieve U.A subscreveu 5.385.742 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$27,00 por ação ordinária. Além da OCP, outros acionistas exerceram o direito de preferência configurando um aumento de capital social da Companhia no montante total de R\$145.419.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

c) Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2015, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$19.575, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2015, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2012	2013	2014	2015	Total
PSDI (i)	111.038	23.351	25.099	19.575	179.063
Outros incentivos recebidos	5.457	-	-	-	5.457
	116.495	23.351	25.099	19.575	184.520

⁽i) Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial do Governo do Estado de Sergipe.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

c) <u>Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais</u>--Continuação

Redução de ICMS: o benefício fiscal decorre do deferimento concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". O programa, originalmente, tinha a duração de dez anos, sendo que em 2013 foi prorrogado por mais cinco anos, e em 2014 foi renovado de forma a durar mais 10 anos, totalizando assim 25 anos, com vencimento em 26 de setembro de 2028.

Essa reserva só pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios.

Redução de 75% do imposto de renda a recolher, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 1º da Medida Provisória número 2.199-14, de 24 de agosto de 2001:

A partir de 2007, a Companhia passou a usufruir benefício fiscal obtido da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. O benefício foi originalmente concedido em março de 2006 para a unidade localizada em Rosário do Catete - SE e tem duração garantida até 2015. A partir de 2012 o benefício foi estendido para a unidade de Camaçari - BA e tem duração garantida até 2020. A partir de 2014, o benefício obtido da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM foi concedido para as duas unidades de Rondonópolis - MT e tem duração garantida até 2023.

O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

16. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares, exceto valores por ação):

	2015	2014
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(335.967)	7.963
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	53.857	48.471
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	(6.2381)	0.1643

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

17. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

0045

0044

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2015	2014
Vendas brutas de produtos	6.416.122	6.039.983
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e		
devoluções das vendas	(37.902)	(35.248)
Impostos sobre as vendas	(89.390)	(78.035)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	19.575	25.099
	6.308.405	5.951.799

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

18. Custo e despesas por natureza

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica custo de produtos vendidos, no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros pré-estabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2015	2014
Matérias-primas e materiais de produção	5.518.591	4.991.214
Despesas com transporte	206.087	221.422
Despesas com pessoal (Nota 20)	215.828	213.070
Despesas comerciais	95.717	77.687
Depreciação e amortização	51.106	47.797
Participação nos lucros (Nota 20)	8.055	7.654
Despesas com publicidade	1.322	1.128
Arrendamentos mercantis operacionais	7.118	6.617
Outros gastos	128.223	123.330
	6.232.047	5.689.919
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	5.756.787	5.219.901
Despesas com vendas	380.946	372.705
Despesas gerais e administrativas	94.314	97.313
	6.232.047	5.689.919

19. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

19. Variação cambial, líquida--Continuação

	2015	2014
Variação cambial ativa Variação cambial passiva	350.764 (1.345.641)	153.398 (428.549)
,	(994.877)	(275.151)

20. Despesas e receitas financeiras

	2015	2014
Despesas financeiras		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	(74.043)	(114.909)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(106.831)	(94.944)
Despesas com ajustes a valor presente	(46.375)	(41.700)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(57.603)	(38.461)
Variações monetárias passivas	(2.053)	` (109)
·	(286.905)	(290.123)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	19.017	27.352
Receitas com ajustes a valor presente	79.458	69.745
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	484.688	162.158
Rendimentos sobre aplicações financeiras	15.218	20.525
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	21.363	11.215
	619.744	290.995
	332.839	872

21. Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	2015	2014
Ordenados e salários	128.255	128.168
Custos de previdência social	33.622	31.940
Benefícios previstos em Lei	17.216	16.493
Benefícios adicionais (i)	36.735	36.469
•	215.828	213.070
Participação nos resultados	8.055	7.654
	223.883	220.724

⁽i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio e alimentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

22. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "*vendor*" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "*NDFs*".

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos, conforme balanço patrimonial
Caixa e equivalentes de caixa
Contas a receber de clientes
Instrumentos financeiros derivativos

31 de dezembro de 2015			
Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	
-	69.550	69.550	
-	546.113	546.113	
27.864	-	27.864	
27.864	615.663	643.527	

31 de dezembro de 2015

Passivos, conforme balanço patrimonial
Empréstimos e financiamentos
Fornecedores
Forfait
Instrumentos financeiros derivativos

01 40 402	CITIBLE GC EC 10	
Passivos mensurados ac)	
valor justo através do	Outros passivo	S
resultado	financeiros	Total
-	1.659.165	1.659.165
-	849.354	849.354
-	289.612	289.612
14.402	-	14.402
14.402	2.798.131	2.812.533

Ativos, conforme balanço patrimonial
Caixa e equivalentes de caixa
Contas a receber de clientes
Instrumentos financeiros derivativos

31 de dezembro de 2014			
Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	
_	313.908	313.908	
-	763.561	763.561	
36.345	-	36.345	
36.345	1.077.469	1.113.814	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

22. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

	31 de dezembro de 2014		
	Passivos mensurados ao		
	valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	1.331.501	1.331.501
Fornecedores	-	988.882	988.882
Forfait		295.411	295.411
Instrumentos financeiros derivativos	423	-	423
	423	2.615.794	2.616.217

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de dezembro de 2015		
	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros		-	
Caixa e equivalentes de caixa	69.550	69.550	
Contas a receber de clientes	546.113	546.113	
Instrumentos financeiros derivativos	27.864	27.864	
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	1.659.165	1.659.165	
Fornecedores	849.354	849.354	
Forfait	289.612	289.612	
Instrumentos financeiros derivativos	14.402	14.402	
	31 de dezembro de 2014		
	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros			
Ativos financeiros Caixa e equivalentes de caixa	313.908	313.908	
	313.908 763.561	313.908 763.561	
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	763.561	763.561	
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Instrumentos financeiros derivativos Passivos financeiros	763.561	763.561	
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Instrumentos financeiros derivativos	763.561 36.345	763.561 36.345	
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Instrumentos financeiros derivativos Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos	763.561 36.345 1.331.501	763.561 36.345 1.333.132	

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

22. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 12 para mais detalhes.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 8 para mais detalhes.

Hierarquia de valor justo

Ativo avaliado a valor justo

	31 de dezembro de 2015		
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	27.864		
	31 de	dezembro de	2014
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.345	-

Em 31 de dezembro de 2015, não havia outros ativos avaliados a valor justo. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía ativos avaliados a valor justo.

Passivo avaliado a valor justo

	dezembro de 2015		
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	14.402		
	31 de	dezembro de	2014
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	423	-

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia outros passivos avaliados a valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco de câmbio. A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

b) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o		
	impacto financeiro previsto	2015	2014
Importação em andamento (Nota 5)			
US\$41.119 (US\$ 69.263 em 31/12/2014)	Até 35 dias	(160.564)	(183.976)
Fornecedores no exterior (Nota 11)	414 005 11		000.050
US\$194.256 (US\$ 342.539 em 31/12/2014)	Até 325 dias	758.532	909.853
Forfait (Nota 12) US\$74.168 (US\$ 111.216 em 31/12/2014)	Até 287 dias	289.612	295.411
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)			
Financiamentos de importação			
US\$343.215 (US\$ 392.930 em 31/12/2014)	Até 214 dias	1.340.188	1.043.700
Financiamentos de importação			
EUR\$ - (EUR 9.511 em 31/12/2014)	Até - dias	-	25.262
Capital de giro US\$ 11.883 (US\$ - em 31/12/2014)	Até 183 dias	46.401	-
Demais contas a pagar (receber) líquidas			
US\$8.399 (US\$ 4.707 em 31/12/2014)	Até 270 dias	(30.778)	(12.504)
		2.243.391	2.077.746
Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 8)			
U\$\$363.074 (U\$\$392.478 em 31/12/2014)	Até 133 dias	(1.417.731)	(1.042.500)
Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 8)	Ale 133 dias	(1.417.731)	(1.042.300)
EUR - (EUR \$7.600 em 31/12/2014)	Até dias	-	(24.525)
Exposição líquida		825.660	1.010.721

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias-primas com preços estáveis em dólar norte-

-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "Hedge".

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c) Risco de crédito--Continuação

	2015	2014
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo Baixo risco para longo prazo Baixo risco para médio prazo Baixo risco para curto prazo	65.615 3.935	231.160 82.748
baixo fisco para curto prazo	69.550	313.908
Ativos financeiros derivativos Baixo risco para longo prazo	13.462	35.922

d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender às vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval da Companhia, estão consignados na rubrica Contas a receber de clientes e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido a pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

d) Risco de liquidez--Continuação

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	1.245.542	97.941	9.733	53
Fornecedores	988.882	=	-	-
Forfait Instrumentos financeiros	295.411			
derivativos	423	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos	1.626.639	11.894	28.583	6.255
Fornecedores	849.354			
Forfait	289.612			
Instrumentos financeiros				
derivativos	14.402			

e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I - provável:

- Instrumentos com risco cambial os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$3,9048/US\$ e a taxa de CDI de 14,14 % ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2015, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos - derivativos de cambiais

	Impacto no	Impacto no resultado do periodo e no patrimonio liquido					
	Cenário II	Cenário II Cenário III Cenário III					
	-25%	-50%	25%	50%			
Cotação do dólar	R\$2,9286	R\$1,9524	R\$4,8810	R\$5,8572			
"Hedge" - "NDFs"	(354.433)	(708.866)	354.433	708.866			
"Hedge" - "NDFs"	(354.433)	(708.866)	354.433	708.866			

Instrumentos financeiros não derivativos

• Câmbio

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III		
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$2,9286	R\$1,9524	R\$4,8810	R\$5,8572
Fornecedor no exterior, líquido de				
importação em trânsito	149.492	298.985	(149.492)	(298.985)
Forfait	72.403	144.806	(72.403)	(144.806)
Financiamento de importação	335.046	670.093	(335.046)	(670.093)
Capital de giro	11.600	23.200	(11.600)	(23.200)
Demais contas a pagar	(7.694)	(15.389)	7.694	15.389
	560.847	1.121.695	(560.847)	(1.121.695)
	Impacto no	resultado do per	ríodo e no patrim	iônio líquido
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do Euro	R\$2,4203	R\$1,6135	R\$4,0338	R\$4,8405
Financiamento de importação	6.315	12.630	(6.315)	(12.630)

Juros - debêntures

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido					
Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III		
-25%	-50%	25%	50%		
10,61%	7,07%	17,68%	-21,21%		
9.357	6.238	15.594	18.713		

CDI

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2015, esse índice ficou em 27,3% (24,3% em 31 de dezembro de 2014). O Conselho de Administração autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 40% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2015.

24. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto, a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paranaguá - PR e Rondonópolis - MT com limite máximo de indenização de R\$10.000, para as unidades de Dourados - MS, Catalão - GO, Rio Verde - GO, Porto Alegre - RS, Manhuaçu - MG, Três Corações - MG e Uberaba - MG com limite máximo de indenização de R\$71.086, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$31.000, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$13.613, e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$100.000.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$15.000.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

25. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 22 unidades misturadoras da Companhia.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

		2015			2014	
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas Deduções e impostos sobre	-	6.416.122	6.416.122	-	6.039.983	6.039.983
vendas	-	(107.717)	(107.717)	_	(88.184)	(88.184)
Receita líquida de vendas	-	6.308.405	6.308.405	-	5.951.799	5.951.799
Custos dos produtos vendidos	(22.626)	(5.734.161)	(5.756.787)	(23.267)	(5.196.634)	(5.219.901)
Lucro (prejuízo) bruto	(22.626)	574.244	551.618	(23.267)	755.165	731.898
Despesas operacionais Despesas financeiras, liquidas			(404.562) (662.038)			(447.838) (274.279)
Lucro (prejuízo) operacional			(514.982)			9.781
Imposto de renda e contribuição social			176.075			(1.818)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			(338.907)			7.963
Depreciação e amortização	10.715	40.392	51.107	10.790	37.007	47.797
EBITDA	(11.911)	210.074	198.163	(12.477)	344.334	331.857

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

25. Informações por segmento de negócios--Continuação

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

		2015			2014			
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total		
Estoques	3.253	1.005.050	1.008.303	3.439	857.332	860.771		
Imobilizado	64.469	508.663	573.132	75.172	465.885	541.057		
Demais ativos	-	1.752.075	1.752.075	-	1.909.253	1.909.253		
Total dos ativos	67.722	3.265.788	3.333.510	78.611	3.232.470	3.311.081		

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento.

Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 14), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não auditado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$10.715 (R\$10.790 em 2014).

26. Eventos subsequentes

Visando à otimização das receitas de vendas juntamente com a redução de custos, a Companhia encerrará as atividades das filiais terceirizadas de Cubatão-SP e Anapólis-GO e o escritório comercial de Maringá-PR durante o primeiro trimestre de 2016, não haverá impacto nos volumes a serem comercializados para o plano de negócios do ano em curso uma vez que a companhia irá utilizar as filiais próximas e a logística já existente. As operações das unidades de Cubatão e Anápolis estão sendo transferidas para as unidades próprias de Paulínia-SP e Catalão-GO, respectivamente.